

Transformações emergentes no acolhimento de migrantes haitianos: O lugar da educação popular neste contexto

Emerging transformations in the welcoming of Haitian migrants: The role of popular education in this context

Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula
Giovani Giroto
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Maringá-Brasil

Resumo

Este artigo tem como objetivo geral discutir a Educação Popular na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e suas contribuições para garantia de direitos e acolhimento para migrantes haitianos no Brasil. Como objetivos específicos, o artigo trará uma breve história dos processos migratórios dos haitianos para o Brasil, apresentará as dificuldades de acesso e manutenção dos migrantes na EJA, bem como as estratégias de práticas emancipatórias para a inclusão dos migrantes na EJA na construção de currículos antixenofóbicos. A metodologia é um ensaio teórico sobre a questão da EJA para migrantes haitianos no Brasil relacionando-a com a Educação Popular. Os resultados revelaram tanto as dificuldades dos haitianos para estudarem no Brasil quanto as estratégias de práticas emancipatórias da Educação Popular para a inclusão dos migrantes na EJA e na construção de currículos antixenofóbicos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Educação Popular; Educação para Migrantes.

Abstract:

This article aims to discuss Popular Education in Youth and Adult Education (YAE) and its contributions to guarantee rights and welcome Haitian migrants in Brazil. As specific objectives, the article will provide a brief history of Haitian migration processes to Brazil, present the difficulties of access and maintenance of migrants in YAE, as well as the strategies of emancipatory practices for the inclusion of migrants in YAE in the construction of anti-xenophobic curricula. The methodology is a theoretical essay on the issue of YAE for Haitian migrants in Brazil, relating it to Popular Education. The results revealed both the difficulties of Haitians to study in Brazil and the strategies of emancipatory practices of Popular Education for the inclusion of migrants in YAE and in the construction of anti-xenophobic curriculum.

Keywords: Youth and Adult Education; Popular Education; Education for Migrants.

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil, por muitos anos, foi marcada por uma modalidade de ensino destinada a educandos brasileiros que tiveram seus direitos legais a educação negados ou subtraídos por diferentes fatores, quer sejam econômicos, sociais e até mesmo políticos. Nas últimas décadas, a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, em muitos Estados, vem sofrendo ataques neoliberais que têm privatizado essa modalidade educacional e dificultado a garantia deste direito à educação para aqueles que dela necessitam.

Os educandos da Educação de Jovens e Adultos atualmente compõem um quadro heterogêneo e essa modalidade educacional busca atender jovens, adultos, idosos, trabalhadores, pessoas que sofreram preconceitos nas escolas como pessoas negras, pessoas com deficiências, transgêneros, pessoas migrantes, entre outras.

Este artigo tem como objetivo geral discutir a Educação Popular na Educação de Jovens e Adultos e suas contribuições para garantia de direitos e acolhimento para migrantes haitianos no Brasil. Como objetivos específicos, o artigo trará uma breve história dos processos migratórios dos haitianos para o Brasil, apresentará as dificuldades de acesso e manutenção dos migrantes a Educação de Jovens e Adultos, bem como as estratégias de práticas emancipatórias para a inclusão dos migrantes na EJA na construção de currículos antixenofóbicos.

A opção pelos migrantes haitianos deve-se ao fato de que este artigo é um recorte de uma tese de doutorado realizada em um programa de Pós-Graduação em Educação, de uma universidade pública do interior do Paraná, que trata da educação de migrantes haitianos e suas narrativas sobre os obstáculos vivenciados por eles no Brasil e estratégias de ressignificação das dificuldades para garantia da sobrevivência.

A metodologia do artigo é um ensaio teórico sobre a questão da Educação de Jovens e Adultos para migrantes haitianos no Brasil e a Educação Popular como potente segmento de atuação educacional na emancipação dos migrantes. O ensaio teórico procura problematizar a questão da migração em uma perspectiva crítica e trazer reflexões para a discussão desse tema ainda invisibilizado nas escolas e universidades públicas brasileiras.

De acordo com Souza (2023), o ensaio teórico é a discussão de um tema relevante a partir de referências qualitativas que tragam discussões problematizadoras sobre o assunto abordado. Portanto, neste trabalho serão apresentadas teorias de pesquisadores que

discutem a temática da migração, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Popular como intersecção possível na construção de uma educação mais justa.

Em um primeiro momento será realizada uma breve contextualização da história do Haiti e os processos migratórios para o Brasil, posteriormente serão apresentadas as dificuldades e os processos de inclusão de migrantes haitianos na Educação de Jovens e Adultos, através da discussão de práticas emancipatórias para a inclusão dos migrantes na EJA e currículos antixenofóbicos. Para finalizar, este artigo apresentará o papel da Educação Popular na Educação de Jovens e Adultos e suas contribuições para garantia de direitos e acolhimento para migrantes haitianos no Brasil.

Breve História do Haiti e os processos migratórios dos haitianos para o Brasil

Examinar a realidade do Haiti, seus contextos e seus impactos é um exercício reflexivo que envolve criticidade e diligência. Com frequência, sobretudo nos últimos anos, a repercussão das notícias advindas do Haiti representa caos político, crises sanitárias e desamparo social. Entretanto, é necessário um resgate dos processos históricos da consolidação do povo haitiano para melhor compreender sua condição atual.

Quisqueya, atual Haiti, é como a ilha era conhecida pelos povos ancestrais que ali habitavam. No princípio, a ilha era dividida por duas etnias indígenas: os chémes e os tainos, que a partir do momento que o território passou a ser colonizado, houve o genocídio dos povos originários por parte dos colonizadores, com a redução do número de residentes originários para quase metade (Scaramal, 2006).

Segundo Seguy (2014), compreende-se que o território haitiano foi o primeiro, no âmbito da América, a sofrer os impactos da violenta colonização europeia. Em complemento, Costa (2009) realiza um percurso histórico do país e denota que no ano de 1492 Cristóvão Colombo chegou ao país, nomeando-o Hispaniola. Desde a colonização até 1791, a economia do país baseou-se na exploração de povos negros e escravizados para o plantio e cultivo de açúcar, cacau e café.

No entanto, em 1791, em maioria na ilha e cansados de serem humilhados e explorados, as pessoas negras uniram-se para fazer uma das maiores revoltas de povos escravizados ocorridas no mundo. Inspirados nos acontecimentos revolucionários da França, os haitianos, instruídos pelo articulador do exército negro Toussaint Louverture, impuseram

Transformações emergentes no acolhimento de migrantes haitianos: O lugar da educação popular neste contexto

seguidas derrotas às tropas coloniais. Nesse contexto, o apoio espanhol em fornecer armas contra a dominação francesa foi fundamental (Costa, 2009).

Em 1794, o Haiti conquista a abolição da escravidão, tornando-se o primeiro comandante negro das Forças Armadas em Santo Domingo (hoje capital da República Dominicana), que, contudo, continuava sendo uma colônia francesa. Nos sete anos seguintes, continuou expulsando espanhóis e ingleses da ilha. Costa (2009) demonstra que em 1801, Toussaint Louverture decreta uma constituição e torna-se, de fato, o único governo local, mas, apenas em 1804, o país Haiti nasceu. Uma nova rebelião negra liderada pelos generais Jacques Dessalines e Alexandre Pétion expulsou os franceses do local e proclamou a independência. Era a primeira revolução negra da história e a primeira revolução anticolonial na América Latina (Costa, 2009).

No entanto, a conquista da independência não trouxe estabilidade imediata ao Haiti. O país enfrentou décadas de instabilidade política, com mudanças frequentes de liderança e interferências internacionais, inclusive dentro da própria América. Um dos efeitos disto foi o primeiro grande fluxo de migração internacional de haitianos (Nogueira, 2020). Além disso, a dívida imposta pela França em troca do reconhecimento da independência causou um fardo econômico significativo que ecoa até os dias atuais (Costa, 2009).

Ao longo do século XX, o Haiti experimentou períodos de governo autoritário e instabilidade política. As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por governos liderados por François Duvalier e seu filho Jean-Claude Duvalier, que governaram o país com mão de ferro (James, 2010). De acordo com Nogueira (2020, p. 15), “o regime ditatorial colocou para fora do país milhares de haitianos, marcando o segundo grande fluxo migratório, tendo os Estados Unidos da América como principal destino, mas não o único”. Assim, a luta por democracia e direitos humanos levou a rebeliões populares, mas a transição para a estabilidade política foi difícil. Por isso, a diáspora foi vista como a solução para muitos haitianos.

Logo no início do século XXI, a história do Haiti foi marcada pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) – uma operação implantada no Haiti em 2004, em resposta à crise política e à instabilidade que assolavam o país. Em teoria, essa missão ambicionava representar um esforço conjunto da comunidade internacional, liderado pelas Nações Unidas, na tentativa de promover a estabilidade e apoiar o desenvolvimento no Haiti.

Entretanto, ao longo dos anos, a MINUSTAH recebeu críticas sobre a eficácia das operações, preocupações com abusos de direitos humanos e a necessidade de uma transição responsável para as autoridades haitianas. A missão foi encerrada em 2017, sendo substituída pela Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), que posteriormente encerrou suas atividades em outubro de 2019 (Nogueira, 2020).

Constata-se, através dessas análises, que a prioridade do Haiti, por muito tempo, não era a população haitiana e sua independência, uma vez que entidades e forças internacionais desconsideraram a capacidade e autonomia das pessoas haitianas gerirem seu próprio país. Isto ocorre uma vez que o impacto internacional age no Haiti pelas lentes da branquitude masculina como supremacia na tomada de decisões.

Ainda no século XXI, o Haiti enfrentou um dos desafios mais significativos de sua história recente: o terremotoⁱ devastador de 2010, que causou uma enorme perda de vidas e danos generalizados. A catástrofe, somada aos impactos políticos não resolvidos no país, intensificaram um terceiro grande fluxo migratório internacional, o qual o Brasil teve grande notoriedade. Desde então, a reconstrução tem sido um processo árduo, agravado por desafios socioeconômicos persistentes.

Em 2021, dois eventos trágicos marcaram a história contemporânea do Haiti. O primeiro deles, de cunho político, o assassinato do atual presidente Jovenel Moïse. Pouco tempo depois, outra catástrofe natural atingiu a ilha caribenha, um terremoto que deixou mais de 1200 pessoas mortasⁱⁱ. Em linhas gerais, para Antoine e Amaral (2022), existem diversas explicações para a migração haitiana:

No caso da mobilidade haitiana para o Brasil, os debates a respeito das causas desta migração são diversos. Algumas hipóteses levantadas destacam razões ligadas ao fechamento cada vez mais incisivo das fronteiras da Guiana Francesa, Bahamas, EUA e Canadá, destinos considerados privilegiados dos haitianos, onde esperam encontrar mais oportunidades de trabalho. De outro lado, destacam-se aspectos como o crescimento econômico do Brasil entre 2003 e 2015, as obras de infraestrutura com vistas à Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, assim como a construção de hidrelétricas (Fernandes, 2014). Delfim (2017) e Castro (2018) consideram ainda que o terremoto que atingiu o Haiti em janeiro de 2010 é um fator desencadeante da migração desse país para o Brasil. Todas essas hipóteses podem ser compreendidas como causas do fluxo migratório haitiano para o Brasil, no entanto, a reflexão sobre esse fenômeno deve ir além desses pressupostos (Antoine; Amaral, 2022, p. 6).

Em decorrência de todos esses fatos, atualmente, o Haiti continua a enfrentar desafios que incluem a pobreza, a instabilidade política, os desastres naturais recorrentes, além de

Transformações emergentes no acolhimento de migrantes haitianos: O lugar da educação popular neste contexto

lidar com a influência das organizações internacionais nas tomadas de decisão e geração de emprego no Haiti e, mais recentemente, da tomada do poder pelas milícias haitianasⁱⁱⁱ, o que gera ainda mais instabilidade e violência no país.

Por fim, averigua-se que o Haiti, desde o processo de colonização, sofre com a herança do eurocentrismo, que insiste em atribuir ao país uma incapacidade de governança, a manutenção de dívidas externas e a migração enquanto negócio internacional que mantém uma desqualificação da força de trabalho haitiana, pois aqueles diplomados, por muitas vezes, não podem exercer suas funções no país e, tampouco, em países estrangeiros, o que corrobora para uma manutenção de racismo global.

Antoine e Amaral (2022) analisaram os movimentos para a democratização da educação no Haiti e a ausência de políticas públicas que atendam o direito a educação a todos os haitianos pois no Haiti, a educação ainda não é um direito universal. De acordo com os autores,

entende-se que o sistema educacional haitiano é um produto de uma sociedade profundamente desigual associada às políticas públicas incapazes de garantir o acesso à educação para toda a população. Diante dessa estrutura desigual, que exclui os educandos do sistema educacional e também de outros fatores, parte da população usa a imigração como alternativa como evidencia, atualmente, a presença dos migrantes haitianos na Educação de Jovens e Adultos no Brasil (Antoine; Amaral, 2022, p. 6).

Desta maneira, a migração para países como o Brasil, surge como uma alternativa para muitos haitianos em busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho e educação. No entanto, a integração dessas pessoas no mercado de trabalho e nos processos de escolarização também apresenta barreiras. Algumas delas são obstáculos linguísticos, discriminação racial, preconceito contra migrantes, difíceis processos para a revalidação de diplomas, dentre outras. Portanto, é essencial uma abordagem humanizadora para tratar as questões da inclusão de pessoas haitianas no mercado de trabalho e na educação tanto no Haiti quanto no Brasil, visando melhorar as condições laborais e escolares, promover a inclusão social e garantir o respeito pelos direitos humanos básicos.

Dificuldades dos migrantes à Educação de Jovens e Adultos no Brasil e práticas emancipatórias de inclusão para promoção de currículos antixenorracistas

A Educação de Jovens e Adultos, no Brasil, não é um programa recente. Desde o século XVI, com a chegada dos Jesuítas em território brasileiro, assistiu-se ao início de um projeto educacional voltado para jovens e adultos com a finalidade de catequizar e colonizar os povos

originários do Brasil. Diferentes projetos educacionais foram implantados em períodos históricos distintos para fazer com que jovens e adultos aprendessem a ler e escrever. Mas, por muito tempo, a maioria desses projetos estavam voltados para fins ideológicos, como foi o caso do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) implantado no período da Ditadura Militar em 1964, programa este que produziu o analfabetismo funcional. Nesse modelo, as pessoas aprendiam as estruturas básicas da escrita, mas não refletiam sobre suas condições sociais.

Entretanto, é preciso ressaltar que, na História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, também existiram programas educacionais voltados para o público adulto com a perspectiva da Educação emancipatória de Paulo Freire, como exemplo disso, pode-se citar:

a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1947); o Movimento de Educação de Base – MEB, sistema rádio educativo criado na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com o apoio do Governo Federal (1961); além dos Centros Populares de Cultura – CPC (1963), Movimento de Cultura Popular – MCP e a Campanha Pé no Chão Também se Aprende a Ler – CPCTAL (Beserra; Barreto, 2014, p. 167).

A Educação Popular e o Programa de Alfabetização propostos por Paulo Freire e pelo Presidente João Goulart em 1963, na cidade de Anjicos, no Rio Grande do Norte, foi um marco para Educação de Jovens e Adultos no Brasil e no mundo. Esta cidade foi escolhida por apresentar um alto índice de analfabetismo. A alfabetização em Anjicos propunha uma educação dialógica, construída com as pessoas a partir de suas realidades sociais e históricas para problematizar as opressões por elas vividas. Segundo Paulo Freire, essa perspectiva teórico-metodológica de alfabetização visava combater a “educação bancária”, termo utilizado por ele que reproduzia uma educação mecânica e tecnicista. Paulo Freire foi perseguido pela Ditadura Militar na década de 1960 e foi exilado do Brasil por defender a educação emancipadora.

A questão do analfabetismo no Brasil, além de ter implicações econômicas, sociais e culturais na década de 1960, também era uma forma de manutenção do poder para muitos governantes, pois, uma sociedade que não questionava o autoritarismo, reproduzia as desigualdades e opressões sociais.

As características dos governos autoritários estão centradas no silenciamento e promoção das condições desumanas para diversas pessoas, principalmente as das classes populares. Entretanto, embora ainda existam essas tiranias, é preciso considerar que esses

Transformações emergentes no acolhimento de migrantes haitianos: O lugar da educação popular neste contexto

indivíduos não conseguem deter as pessoas que buscam mudar suas condições de vida e enfrentam esses processos de desumanização, como é o caso dos migrantes. Na década de 1960 no Brasil, os movimentos migratórios para a construção de Brasília, a formação da Zona Franca de Manaus, os projetos de colonização da Amazônia e processos de industrialização do Sudeste e Sul no Brasil fizeram com que várias pessoas saíssem de suas cidades e Estados em busca de melhores condições de vida em outras regiões do país. Nesses processos migratórios, o desejo de estudar também se fez presente para muitas pessoas, principalmente para aquelas que tiveram seus direitos a educação negados ou subtraídos.

Para Antoine e Amaral (2023), a Educação de Jovens e Adultos passou por vários períodos na história da educação brasileira como apresentado a seguir:

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Brasil, 2000) no Brasil, esta modalidade da educação básica pode ser vista como uma dívida social a ser reparada para aqueles que não tiveram acesso e/ou domínio da escrita, da leitura e dos conhecimentos científicos como bens sociais, na escola ou fora dela, e que tenham sido reduzidos à força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ou seja, a ideia central da dívida social refere-se à noção de inclusão vinculada à função reparadora da EJA. Portanto, a função reparadora da EJA representa a restauração de um direito negado, garantindo não apenas o acesso a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todos (Antoine; Amaral, 2023, p. 7-8).

Na sociedade desigual brasileira, a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade educacional que tem buscado atender a necessidade de alfabetização e escolarização de muitas classes subalternas, de pessoas em condição de vulnerabilidade social. Além disso, nota-se que esse caminho educacional é a situação de muitos migrantes brasileiros e de migrantes haitianos que se estabelecem no Brasil. Nesse sentido, as escolas brasileiras, a partir do novo fluxo migratório haitiano, principalmente a partir dos anos 2000 para o Brasil, passaram a receber matrículas desses migrantes e, com isso, precisaram de uma adaptação em diversos sentidos, seja no primeiro contato para a matrícula, até a rotina escolar nas relações entre os educandos e os educadores.

Uma vez garantido o direito à matrícula nas escolas brasileiras para migrantes e pessoas jovens e adultas, nota-se um avanço nas políticas e práticas educativas no Brasil de forma mais inclusiva. Todavia, também se percebe a existência de algumas barreiras.

De acordo com Silva (2019, p. 162), “a legislação brasileira prevê que o aluno estude em sua idade/série, mas se tiver idade para ter concluído o ciclo de ensino e este não o concluiu, ele é encaminhado para uma escola com Ensino de Jovens e Adultos – EJA”. Com

isso, nota-se que os migrantes que solicitam matrícula em alguma instituição de ensino devem seguir as mesmas normas que os estudantes brasileiros e têm o direito à educação independentemente da idade. Todavia, ainda existem muitas lacunas na aplicação dessas políticas. Sobre os processos de escolarização de adultos haitianos no Brasil,

nota-se que apesar da falta de políticas públicas, que vão desde a ausência de treinamentos ou de contratação de intérpretes para a inserção dos migrantes nas escolas, esses alunos estão sendo inseridos no espaço educacional, em um esforço conjunto dos profissionais de educação e dos próprios haitianos (Manica, 2018, p. 67).

A falta de preparo de muitas escolas prejudica a formação integral de alunos haitianos, porém, Manica (2018) defende que a inserção está acontecendo. Nesse sentido, não há um grande esforço para aproximar essas pessoas da escola por parte do Estado. Entretanto, há uma motivação da escola e dos próprios haitianos para mantê-los matriculados e garantir aprendizado.

O estudo em análise ainda retoma a ideia da formação dos haitianos em diferentes contextos. De acordo com Manica (2018, p. 68), o que se nota na prática, quando se refere à inserção dos migrantes haitianos, é que as várias ações de inserção na sociedade partem de ações voluntárias, principalmente de instituições religiosas e de educação. Ao pensar a educação (seja ela escolar ou social), anseia-se pela garantia de uma inserção social dessas pessoas que migram através de conhecimentos e de formações que possibilitam acesso ao trabalho e maior compreensão dos direitos garantidos.

De forma similar, Castro, Bernart e Baptista (2016) discutem, de forma crítica, as contradições entre a lei e a realidade em relação à obrigatoriedade do ensino para brasileiros e migrantes que residem no Brasil. De acordo com as autoras, “devido ao complexo processo burocrático para a matrícula e frequência à escola, muitos haitianos são privados desse direito, pois além de enfrentarem dificuldades com a língua, acabam priorizando questões como moradia e trabalho em detrimento da educação” (Castro, Bernart e Baptista, 2016, p. 12).

A violação do direito é evidente na análise das autoras ao apontarem a burocracia como um fator de impedimento para a matrícula de haitianos no ensino público brasileiro garantido por lei. Além disso, as autoras defendem que, ao serem matriculados, os migrantes precisam ser respeitados em relação à sua cultura e identidade para que possam formar-se

Transformações emergentes no acolhimento de migrantes haitianos: O lugar da educação popular neste contexto

de forma digna e ocupar trabalhos que sejam condizentes com sua formação. Por isso a necessidade não somente de inclusão dos migrantes na Educação de Jovens e Adultos, mas da adoção de estratégias, materiais educacionais que acolham de fato esses migrantes nesta modalidade educacional e considerem suas histórias de vida na construção de currículos que adotem práticas antirracistas e antixenófoba.

Para Silva (2011), os currículos escolares devem evitar tratar as questões étnico-raciais por uma perspectiva exótica e folclórica. Segundo o autor, “a questão da raça e da etnia não é simplesmente um ‘tema transversal’: ela é uma questão central de conhecimento, poder e identidade” (Silva, 2011, p. 102). Isto posto, reflete-se sobre o destaque que as pautas étnico-raciais e diaspóricas precisam ter no currículo formal das instituições educacionais. Tais debates não devem apenas ser trabalhados de forma isolada para ‘celebrar’ uma data especial, mas, sim, como parte integrante do conjunto de conteúdos organizado nos documentos curriculares.

Para que isso seja efetivado, o currículo pedagógico deve “centrar-se na discussão das causas institucionais, históricas e discursivas do racismo” (Silva, 2011, p. 103). Acrescentando à visão de Silva, acredita-se que é necessária a inclusão de debates sobre essas mesmas causas vinculadas com a situação dos migrantes, sobretudo aqueles que enfrentam os fluxos mais recentes.

Como práticas acessíveis e necessárias, Djamila Ribeiro (2019), filósofa e pesquisadora brasileira, adiciona a pertinência de proporcionar que obras de autoria do povo negro sejam incluídas nos currículos escolares como produção válida de conhecimento. De acordo com a filósofa, “é irrealista que numa sociedade como a nossa, de maioria negra, somente um grupo domine a formulação do saber” (Ribeiro, 2019, p. 65).

Voltando-se para a educação de povos migrantes, Cotinguiba e Cotinguiba (2014) apresentam um estudo que analisa a realidade de migrantes haitianos em Porto Velho (RO) e descrevem alguns processos de inclusão de migrantes haitianos na Educação de Jovens e Adultos com práticas que têm buscado acolher os migrantes na EJA conforme as suas realidades. De acordo com os pesquisadores,

quanto ao sistema de Educação para Jovens e Adultos, a modalidade Provão tem se mostrado um caminho menos burocrático, com seu sistema menos complexo, o estudante pode optar pela realização de provas a partir de estudos autônomos ou por acompanhamento das disciplinas, frequentando a escola esporadicamente e realizando, a seu tempo, cada uma das provas das etapas das disciplinas, até concluir uma a uma (Cotinguiba; Cotinguiba, 2014, p. 83).

Por mais que os autores descrevam uma opção menos burocratizada para a inserção de migrantes haitianos na vida adulta, discute-se sobre a qualidade da educação oferecida como um direito. É fato que muitos migrantes já chegam no Brasil com formação completa no país anterior. Nesse sentido, o sistema implementado em Porto Velho, de fato, apresenta-se como uma solução viável. De todo modo, é imprescindível debater sobre a urgência e necessidade de ofertar condições de qualidade para que esses migrantes possam acessar os processos de escolarização.

Outro exemplo prático de contextos de Educação de Jovens e Adultos voltado a migrantes haitianos no Brasil é o CIEJA PERUS I, localizado em São Paulo capital. Nessa realidade, de acordo com Freitas e Santos (2020, p. 557), “a interação entre estudantes brasileiros e haitianos é um desafio pedagógico, pois é preciso reestruturar-se enquanto profissional e modelo de escola”. Considera-se fundamental a atualização das escolas a partir da inserção de novos públicos. Assim, nota-se que a inclusão de migrantes haitianos na Educação de Jovens e Adultos implica uma mudança estrutural que se relaciona com questões identitárias, curriculares e sociais. Para tanto, a Educação Popular de Paulo Freire para Educação de Jovens e Adultos migrantes haitianos no Brasil é uma perspectiva teórico metodológica que contribui para garantia de direitos e acolhimento desses migrantes no Brasil.

O lugar da Educação Popular na Educação de Jovens e Adultos para migrantes haitianos no Brasil

A Educação Popular é uma perspectiva teórico metodológica relevante para atuação pedagógica inclusiva e de combate ao preconceito em escolas de Educação de Jovens e Adultos as quais os estudantes migrantes estão matriculados. Como importante referência para a Educação de Jovens e Adultos, Paulo Freire, através da “Pedagogia do Oprimido”, supõe a saída da condição de oprimido a partir de práticas educacionais de cunho dialógico, crítico e humanista. Para isso, é necessário que a própria instituição de ensino, assim como as práticas docentes, auxiliem no processo de libertação ao exercitarem o que Freire (2013) chamou de leitura do mundo.

Nessa abordagem, amplia-se o debate fundamentado por Freire para a leitura do mundo e, através disso, a compreensão dos alunos sobre quem é opressor e quem é oprimido

Transformações emergentes no acolhimento de migrantes haitianos: O lugar da educação popular neste contexto

na sociedade. A partir disso, de forma crítica e consciente, pode-se assistir a realidade transformada. Entretanto, os processos não findam dessa forma. Ao ser conquistada uma condição libertadora, Freire defende a educação como manutenção da nova realidade.

Para além disso, é possível identificar em Freire outros argumentos pertinentes à prática docente, como, por exemplo, quando anuncia que “a tolerância é a virtude que nos ensina a conviver com o diferente. A aprender com o diferente, a respeitar o diferente” (Freire, 1997, p. 39). Ou seja, nas relações pedagógicas, lida-se comumente com os diferentes, porque em nosso meio social assim também o é. Ser tolerante e possibilitar respeito e empatia com o outro é um ponto imprescindível da identidade do educador. Ou seja, identificar o tempo do educando aprender, assim como utilizar métodos menos rígidos e violentos, contribui para um ensino mais humanitário e que, ainda assim, possa garantir conhecimentos.

Tais práticas, aplicadas na Educação de Jovens Adultos para migrantes haitianos, corroboram para uma educação de combate ao preconceito. Assim, “a partir de práticas pedagógicas antixenocratas, coopera-se para uma Educação de Jovens e Adultos que dê visibilidade às identidades de migrantes negros e, com isso, possibilita uma formação intercultural e crítica dessas pessoas” (Giroto; Paula, 2022, p. 147). Reconhecer as demandas de cada público educacional é uma importante tarefa para educadores no Brasil.

No caso da Educação de Jovens e Adultos, por tratar de diversos grupos de pessoas, tem-se uma implicação política e social ainda mais intensificada ao buscar a manutenção e a garantia do direito à educação e o respeito às suas existências.

Haddad e Di Pierro (2021) traçaram considerações sobre a Educação Popular e a Educação de Jovens e Adultos no pensamento e na *práxis* de Paulo Freire e consideraram que “para Freire, não há dicotomia entre a educação popular e a educação escolar de jovens e adultos. A grande questão, do passado e do presente, seria como aproximar esses dois campos de práticas educativas, como construir uma escola pública popular” (Haddad; Di Pierro, 2021, p. 4). Para construir uma escola pública popular, é preciso a escola estar comprometida com as mudanças sociais e não basta somente os educadores estarem envolvidos com essas transformações, são necessárias políticas públicas efetivas para as transformações.

No caso da Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da Educação Popular para migrantes haitianos, ela precisa acontecer antes mesmo da chegada dos migrantes nas

escolas. No Brasil, embora nas últimas décadas existam algumas legislações, sendo a mais abrangente a Lei nº 13.445 (Brasil, 2017), que discutam os direitos dos migrantes no Brasil e existam esforços de educadores, de municípios e alguns Estados comprometidos com a garantia do direito a educação produzindo cartilhas de orientações aos migrantes, ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas e obstáculos a serem superados.

A Educação Popular para migrantes se faz presente desde a divulgação do direito a educação para esses migrantes. Os órgãos públicos deveriam se preocupar em divulgar as vagas disponíveis nas escolas com antecedência na imprensa, nas mídias sociais, em diferentes locais que os migrantes frequentam. Essas informações também deveriam ser em diferentes línguas. No caso dos migrantes haitianos, em sua maioria, eles sabem o francês, inglês e espanhol, pelos processos migratórios vivenciados na República Dominicana e Venezuela. Entretanto, o português é uma língua muito distante das suas realidades.

Quanto aos documentos exigidos para a matrícula na Educação de Jovens e Adultos, além da explicitação objetiva desses documentos, as instituições escolares precisam se dedicar ao prazo de entrega deveria ser estendido para que possam organizar a documentação, tirar as dúvidas e se inscreverem efetivamente.

Os profissionais que atendem aos migrantes deveriam compreender a situação de migração e serem formados pelo Estado para garantirem atendimentos inclusivos e acolhedores. Considerando que a educação no Haiti é muito diferente da educação no Brasil, os processos explicativos sobre o funcionamento e organização da educação brasileira desde regras e normas são fundamentais para que os migrantes possam ser incluídos e permanecerem nas instituições. Não basta o Estado produzir cartilhas e materiais explicativos se esses materiais não chegarem aos profissionais da educação, se a equipe escolar não for preparada para esses processos de recepção e acolhimento aos migrantes.

Outro aspecto que é de extrema relevância são os conteúdos trabalhados nas aulas com os migrantes. As críticas que Paulo Freire fazia quanto à infantilização das cartilhas da Educação de Jovens e Adultos na década de 1960 no Brasil, também são necessárias para materiais educativos de português para estrangeiros no Brasil, o primeiro passo para educação desses migrantes adultos. Os materiais precisam ser construídos de forma que as pessoas se sintam participantes do processo educacional no Brasil e não meros receptores de conteúdos.

Transformações emergentes no acolhimento de migrantes haitianos: O lugar da educação popular neste contexto

No Brasil, apesar das dificuldades, é preciso considerar que ensino da língua portuguesa tem sido feito por muitas escolas formais de Educação de Jovens e Adultos com propriedade e é preciso considerar também que existem diferentes Organizações Não Governamentais as quais têm assumido esse papel da Educação de Jovens e Adultos, com perspectivas de Educação Popular, tanto na recepção dos migrantes em nosso país, na defesa das garantias dos direitos e das condições básicas de sobrevivência como no auxílio na emissão de documentos, na inclusão na educação e no mercado de trabalho de forma exemplar. Porém, é preciso que essas instituições estatais e as Organizações Não Governamentais dialoguem entre si para a busca de ações conjuntas e integradas no acolhimento aos migrantes haitianos.

Considerações Finais

Este artigo problematizou questões voltadas a temática da Educação de Jovens e Adultos no Brasil na perspectiva da Educação Popular e buscou atingir os objetivos a que se propôs. Em relação a história dos processos migratórios dos haitianos para o Brasil foram apresentados elementos da história dos haitianos, das suas lutas e dificuldades na construção do país, bem como aspectos que geram os processos migratórios.

Quanto as dificuldades de acesso e manutenção dos migrantes a Educação de Jovens e Adultos, foram descritos estudos que revelaram as dificuldades dos haitianos para estudarem no Brasil e pesquisas que apresentaram estratégias de práticas emancipatórias para a inclusão dos migrantes na EJA na construção de currículos antixenocratas.

No que diz respeito a Educação Popular na Educação de Jovens e Adultos foram apresentadas situações do cotidiano que os migrantes vivenciam para ter acesso a educação no Brasil e como essas formas de organização poderiam ser pensadas de forma a contribuir para garantia de fato ao direito a educação em nosso país.

Referências

ANTOINE, Dominique; AMARAL, Wagner. Migrantes haitianos na educação de jovens e adultos no Brasil. **Linhas Críticas**, 2022, 28, e44846. Disponível em <https://doi.org/10.26512/lc28202244846>. Acesso em 29 abr.2024

BESERRA, Valesca; BARRETO, Maribel Oliveira. Trajetória da Educação de Jovens e Adultos: histórico no Brasil, perspectivas atuais e conscientização na alfabetização de adultos. **Cairu em Revista**. Jul/Ago 2014, Ano 03, nº 04, p. 164-190. Disponível em:

https://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2014_2/10_TRAJETORIA_EDUCACAO_JOVENS_ADULTOS.pdf. Acesso em: 26 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei de Migração**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, mai 2017.

CASTRO, Beatriz Leite Gustmann de; BERNART, Maria de Lourdes; BAPTISTA, Camila Correa. Educação e trabalho: algumas reflexões sobre a imigração haitiana no Brasil. In: **Anais da XI ANPED Sul**. Curitiba, 2016. Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo21_BEATRIZ-LEITE-GUSTMANN-DE-CASTRO-MARIA-DE-LOURDES-BERNARTT-CAMILA-CORREA-BAPTISTA.pdf. Acesso em: 26 abr. 2024.

COSTA, Cláudia. **Haiti: seu povo, sua história, sua luta!** São Paulo: Conlutas, 2009.

COTINGUIBA, Marília Lima Pimentel; COTINGUIBA, Geraldo Castro. Imigração haitiana para o Brasil: os desafios no caminho da educação escolar. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.17, n.33, p. 61-87, Jul./Dez. 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5611533>. Acesso em: 26 abr. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 54 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREITAS, Vinicius Ruiz Albino de; SANTOS, Sérgio dos. CIEJA PERUS I e a interação cultural entre brasileiros e haitianos na perspectiva da inclusão. **Revista Humanidades e Inovação** v.7, n.7.7 – 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2618>. Acesso em: 25 abr. 2024.

GIROTO, Giovani; PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de. Migrantes no Brasil e práticas educativas na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, v. 05, n. 09, p. 135-148, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rieja/article/view/15574>. Acesso em: 25 abr. 2024.

HADDAD, Sergio, DI PIERRO, Maria Clara. Considerações sobre Educação Popular e escolarização de adultos no pensamento a na práxis de Paulo Freire. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 42, e255872, 2021

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos**. Trad. Afonso Teixeira Filho. 1ª ed. rev. São Paulo: Boitempo: 2010.

MANICA, Carmem Aparecida. **A migração haitiana e a inserção no mercado de trabalho na cidade de Cascavel/PR**. 138 p. Dissertação (Mestrado em Ciências sociais). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo. 2018.

NOGUEIRA, Fabiana Bezerra. Democracia e Direitos na República Negra da América. **TRAVESSIA - Revista do Migrante - Ano XXXIII, Nº 88 - Janeiro - Junho/2020**.

Transformações emergentes no acolhimento de migrantes haitianos: O lugar da educação popular neste contexto

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

SCARAMAL, Eliesse dos Santos Teixeira. **Haiti: fenomenologia de uma barbárie**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006.

SEGUY, Franck. Para compreender a recolonização do Haiti. **Revista Outubro**, n. 22, 2º semestre de 2014. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-22-Artigo-04.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

SILVA, Cinthia Xavier da. **Imigração haitiana: um estudo sobre o estabelecer do imigrante na cidade no contexto histórico e social de globalização**. 367 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”. São Paulo. 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SOUZA, Bruna Ravena Bezerra. Precarização do trabalho em saúde no contexto social: um ensaio teórico. **e-Acadêmica**, Vargem Grande Paulista, São Paulo, v. 4, n. 1, e1041414, 2023.

Notas

i Mais informações em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/terremoto-no-haiti/noticia/terremoto-no-haiti.ghtml>. Acesso em 18 jan. 2024.

ii Reportagem disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58217484>. Acesso em 18 jan. 2024.

iii Mais informações em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/milicias-do-haiti-se-armam-com-facoes-e-enfrentam-gangues-enquanto-elites-disputam-o-poder>. Acesso em 26 abr. 2024.

Sobre os autores

Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas (1989), Mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (1994) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2005). Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia-UNEB com o Prof. Dr. Augusto Cesar Rios Leiro. É professora associada efetiva da Universidade Estadual de Maringá UEM do Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM (PPE/UEM). É líder do Grupo de Estudos Educação Social em Saúde (GEPESS). E-mail: erciliaangeli@yahoo.com.br
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8619-7558>

Giovani Giroto

Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2020), com bolsa de financiamento da CAPES. Possui mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2020). Possui graduação em Filosofia pela Universidade Estadual de Maringá (2014) e segunda Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa. É especialista em Docência no Ensino Superior pela Faculdade de Conchas (2016) e integra o Grupo de Estudos Educação Social em Saúde (GPESS).

E-mail: giovani_giroto@hotmail.com ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6683-1075>

Recebido em: 10/07/2024

Aceito para publicação em: 21/07/2024